



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Ata do Copom, IPCA e balanços do setor bancário são destaques no Brasil. EUA também traz números de inflação

O Banco Central divulga nesta terça (11) a Ata da última reunião do Copom, que decidiu reduzir novamente a taxa Selic em 0,25 p.p., para 14,0% a.a.. A decisão já era esperada e o comunicado gerou menos ruído no mercado do que o da reunião anterior. Ainda assim, a Ata deve trazer mais detalhes sobre a leitura do cenário pelo Comitê, que reconheceu a moderação gradual da atividade e a desaceleração da inflação, mas manteve o balanço de riscos com assimetria altista. Como o comunicado não sinalizou os próximos passos, a expectativa recai sobre eventuais pistas quanto às condições para novos cortes. Vale destacar que os analistas consultados pelo Focus ainda preveem mais uma queda da Selic neste ano, mas apenas em novembro (com manutenção em setembro), enquanto o contrato de opções da B3 já mostra uma maioria apostando em redução já em setembro.

Dentre os indicadores, destaque para o resultado do IPCA de julho, que pode trazer novos sinais de arrefecimento da inflação. O dado também será conhecido na terça (11), com expectativa de estabilidade no mês (0,00%), segundo o consenso da Bloomberg. A leitura deve ser contida pela queda dos preços dos alimentos e dos combustíveis, além de números mais comportados nos preços dos serviços. Com isso, o índice deve desacelerar de 4,64% para 4,37%, voltando a ficar abaixo do teto da meta (4,50%).

No âmbito da atividade, o IBGE divulga os números de junho dos serviços e do varejo, que devem confirmar os sinais de desaceleração da economia no 2T26. O resultado dos serviços será divulgado na quarta (12), enquanto o do varejo sai na quinta (13). Os analistas projetam queda em ambos os setores, de -0,2% e -1,4%, respectivamente, dando sequência aos números negativos registrados em maio (-0,4% e -0,2%). Com isso, os setores devem reforçar a tendência de perda de tração, com alta modesta nos serviços e retração do varejo no trimestre. Em conjunto, o resultado do IPCA e os números de atividade podem ampliar as apostas na continuidade do ciclo de queda da Selic na reunião do Copom de setembro (dias 15 e 16).

Na agenda corporativa, a semana traz os últimos balanços do 2T26 das instituições financeiras de capital aberto do país. Amanhã (11), o BTG divulga seu resultado, com expectativa de lucro líquido de R\$ 4,8 bi, alta de 16,0% na comparação anual. Na quarta (12), é a vez do Banco do Brasil, que deve seguir mostrando números pressionados, com lucro estimado de R\$ 3,7 bi, o que equivale a uma modesta recuperação ante o trimestre anterior, mas ainda queda na comparação anual (-1,7%). Já o Nubank divulga seu balanço na quinta (13), com expectativa de continuidade do avanço do lucro, estimado em R\$ 5,0 bi (+38,1% ante o 2T25). Além desses, o Pine (12), o BMG (13) e o Banrisul (13) também divulgam seus balanços na semana.

Nos EUA, o principal destaque da agenda será a divulgação da inflação ao consumidor (CPI) de julho, que deve ajudar os agentes a avaliar se parte do alívio observado em junho terá continuidade. O dado será conhecido na quarta-feira (12), com o consenso projetando alta de 0,1% no mês, após queda de 0,4% em junho. Caso o resultado se confirme, a taxa acumulada de 12 meses deve desacelerar para 3,4% (ante 3,5%), enquanto o núcleo do CPI deve desacelerar para 2,5% (ante 2,6%). A leitura ganha relevância em um contexto de inflação acima da meta e certa pressão sobre o Fed para voltar a subir os juros no país, embora o dado fraco de emprego conhecido na última sexta tenha reduzido as apostas em alta dos *Fed Funds* na reunião de setembro.

Ainda nos EUA, a agenda também traz a inflação ao produtor (PPI) e as vendas no varejo de julho, que complementarão a leitura do CPI. O PPI, na quinta (13), ajudará a avaliar se os custos dos produtores seguem pressionados, podendo antecipar potenciais repasses ao consumidor nos próximos meses. Já as vendas no varejo, na sexta (14), serão importantes para testar a resiliência do consumo das famílias, com expectativa de leve alta de 0,1% no mês.

Na Zona do Euro, a agenda traz números da indústria de junho e a 2ª leitura do PIB do 2T26. A produção industrial sai na quinta (13), enquanto o PIB, na sexta (14), deve confirmar a alta de 0,4% no trimestre. Em conjunto, os dados devem reforçar a leitura de um crescimento moderado na região, que enfrenta desafios relevantes para sustentar uma expansão mais consistente.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
11/08	Ata do Copom	-	-	-
11/08	IBGE: IPCA	Jul/26	0,00% m/m 4,37% a/a	0,16% m/m 4,64% a/a
12/08	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Jun/26	-0,2% m/m 1,1% a/a	-0,4% m/m 0,4% a/a
13/08	IBGE: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)	Jun/26	-1,4% m/m 4,0% a/a	-0,2% m/m -0,6% a/a

Fonte: Bloomberg.

Calendário de Divulgação e Estimativa de Lucro dos Bancos com Capital Aberto para o 2T26

Banco	Data	Estimativa de Lucro Líquido no 2T26 Em R\$ mi	Var. % Trimestral	Var. % Anual
BTG Pactual	11/ago	4.853,0	0,9%	16,0%
Pine	12/ago	164,7	9,9%	98,4%
Banco do Brasil	12/ago	3.775,6	10,1%	-0,2%
BMG	13/ago	152,0	3,4%	21,6%
Nubank	13/ago	5.002,9	9,2%	38,7%
Banrisul	13/ago	292,3	31,9%	-22,6%
XP	17/ago	1.362,5	3,4%	3,1%

Fonte: Áreas de RI dos bancos e Bloomberg

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
11/08	EUA	Vendas de casas existentes	Jul/26	-1,0% m/m	-2,4% m/m
12/08	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Jul/26	0,1% m/m 3,4% a/a	-0,4% m/m 3,5% a/a
13/08	Zona do Euro	Produção industrial	Jun/26	0,0% m/m	-0,2% m/m
13/08	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Jul/26	0,2% m/m 4,9% a/a	-0,3% m/m 5,5% a/a
14/08	Zona do Euro	PIB	2º tri/26 – 2ª leitura	0,4% t/t-1	0,0% t/t-1
14/08	EUA	Vendas no varejo	Jul/26	0,1% m/m	0,2% m/m
14/08	EUA	Confiança do consumidor (Univ. Michigan)	Ago/26 - prévia	54,7 pts	55,2 pts

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Banco Central volta a reduzir a taxa Selic em 0,25 p.p., para 14,00% a.a.

Na última quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) deu continuidade ao processo de "calibração" da política monetária, reduzindo a taxa Selic em 0,25 p.p., de 14,25% para 14,00% a.a., em linha com as expectativas de mercado. A decisão manteve o tom cauteloso da autoridade monetária diante de um cenário ainda marcado por elevada incerteza, expectativas de inflação desancoradas e riscos assimétricos altistas para a inflação.

A comunicação do Comitê não trouxe compromisso explícito com novos cortes ou com uma eventual interrupção do ciclo na próxima reunião, marcada para 16/set. O Copom sinalizou uma condução mais dependente da evolução dos dados, especialmente de atividade, mercado de trabalho, inflação e expectativas. Ainda assim, o comunicado preservou a avaliação de que os riscos para a inflação seguem mais elevados que o usual e com assimetria altista. O Comitê reiterou, ainda, que segue acompanhando os desdobramentos da política fiscal e seus efeitos sobre a política monetária.

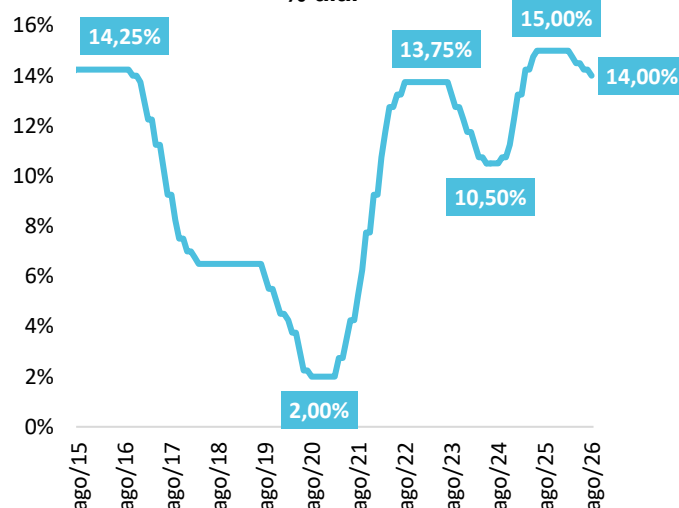
A decisão ocorre com o horizonte relevante já deslocado para o 1T28, cuja projeção de inflação passou a ser de 3,2%, ainda acima da meta de 3,0%. No cenário doméstico, o Comitê destacou que os dados recentes indicam moderação gradual da atividade econômica, embora ainda em patamar resiliente e com sinais mistos entre os setores. O mercado de trabalho permanece aquecido, enquanto a inflação cheia e as medidas de núcleo desaceleram.

Essa avaliação deu respaldo à redução realizada nesta reunião. Ainda assim, a persistência de expectativas desancoradas mantém elevada a incerteza sobre os próximos passos da política monetária. Ainda, o cenário externo segue desafiador, com incertezas geopolíticas, elevada volatilidade nos mercados de *commodities* e dúvidas quanto à condução da política monetária nas economias avançadas.

O consenso do Focus aponta para uma Selic de 13,75% a.a. ao final de 2026, o que implicaria mais um corte de 0,25 p.p. neste ano. Há, contudo, divergência quanto ao momento: enquanto o Focus projeta manutenção em setembro e corte apenas em novembro, o mercado de opções da B3 já atribui maior probabilidade a uma nova redução em setembro. Em ambos os casos, prevalece a leitura de continuidade do ciclo de flexibilização, ainda que com incertezas relevantes sobre a magnitude e o ritmo dos próximos movimentos.

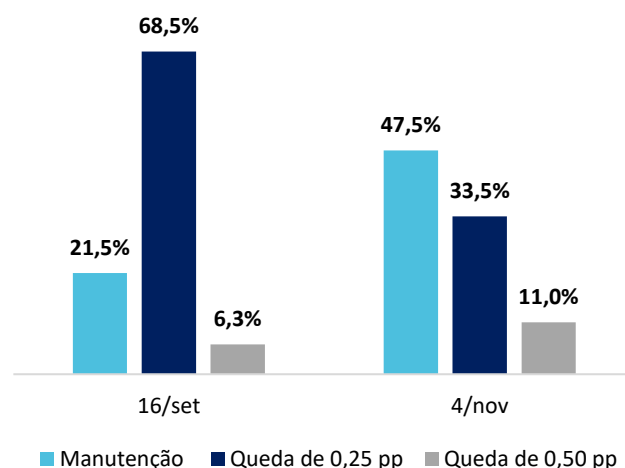
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: Meta da Taxa Selic % a.a.



Fonte: BCB

Quadro 2: Distribuição de Probabilidades para as Próximas Decisões do Copom (06/ago)



Fonte: B3 (Opção de Copom)

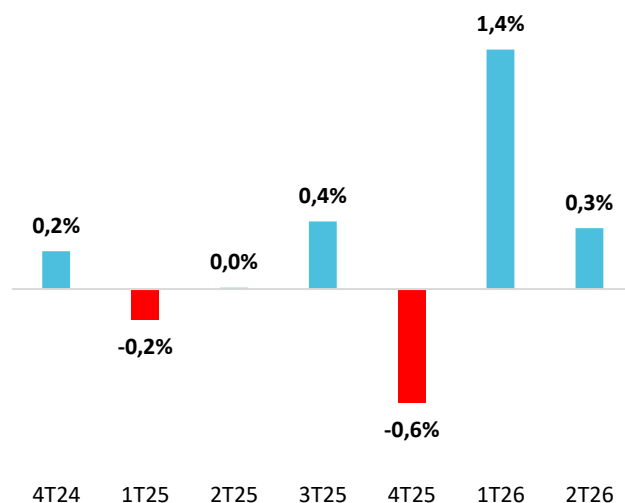
A produção industrial encerrou o 2T26 em desaceleração, mas ainda em terreno positivo, sustentada principalmente pelo desempenho da indústria extrativa, em especial a de petróleo. A PIM/IBGE mostrou queda de 1,8% em junho, bem abaixo da expectativa (-0,8%), além de trazer uma revisão baixista para o mês de maio, cuja variação passou de -0,2% para -0,9%, reforçando a perda de dinamismo do setor na margem. Ainda assim, o avanço observado em abril (+1,2%) foi suficiente para manter a produção industrial positiva no trimestre, com alta de 0,3% ante o 1T26. O resultado, porém, representa desaceleração significativa em relação ao crescimento de 1,4% registrado no 1T26.

Na abertura por categorias econômicas, a principal contribuição negativa no trimestre veio dos bens de consumo, especialmente os não duráveis, que recuaram 2,3%. Em sentido oposto, os bens intermediários seguiram apresentando maior resiliência, com crescimento de 1,5%, enquanto os bens de capital avançaram 0,6% na margem. Do ponto de vista setorial, a indústria de transformação apresentou queda de 0,1% ante o 1T26, enquanto a indústria extrativa cresceu 1,9%, permanecendo como importante vetor de sustentação da produção industrial. No 2T26, a produção de petróleo voltou a atingir recorde, alcançando 13,1 milhões de barris/dia, alta de 6,5% ante o 1T26 e de 18,0% ante o 2T25, compensando parte da fraqueza observada em segmentos mais sensíveis ao ciclo doméstico na indústria de transformação.

Nesta última, a sustentação próxima à estabilidade veio, em grande medida, do bom desempenho da indústria automobilística, que segue dinâmica, com expansão de 5,8% na margem e de 8,2% na comparação interanual. O setor tem sido favorecido pela demanda ainda aquecida das famílias por veículos, refletida no crescimento das vendas no varejo, tanto por importados quanto por produção doméstica, além das medidas de sustentação ao setor adotadas pelo governo (isenção do IPI e programa Move Brasil, por ex.). Entre os demais segmentos, também se destacaram produtos de madeira (+4,0%) e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (+0,6%), embora o segmento venha de uma base elevada (+7,2% no 1T26).

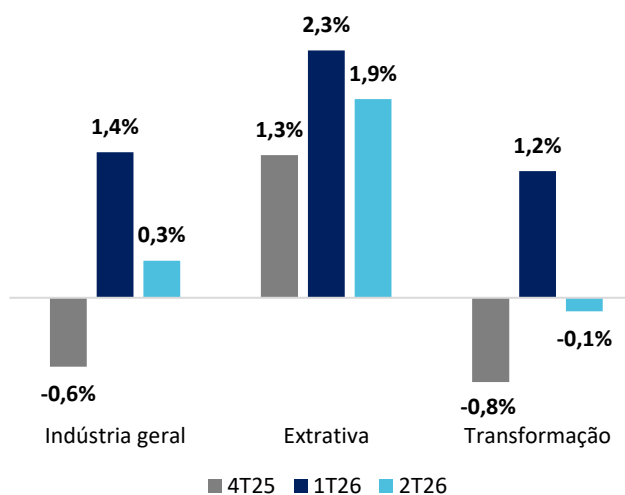
Por outro lado, a leitura setorial mostrou fraqueza mais disseminada na indústria de transformação. Alimentos (-2,0%) e bebidas (-2,6%) recuaram no trimestre. No caso das bebidas, a queda devolve parte do forte desempenho do 1T26 (+5,4%), quando o segmento formou estoques para atender a demanda para a época da Copa do Mundo. As quedas mais intensas, no entanto, vieram de equipamentos de informática (-4,4%) e produtos farmacêuticos (-5,2%), reforçando a perda de tração em segmentos mais ligados ao ciclo doméstico e a algum ajuste de estoques.

**Quadro 3: Produção Industrial
Var. % Trimestral**



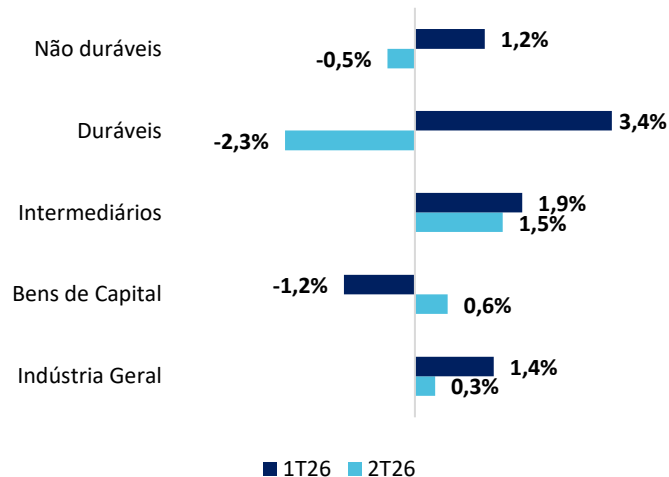
Fonte: IBGE

**Quadro 4: Produção Industrial por Atividade
Var. % Trimestral**



Fonte: IBGE

**Quadro 5: Produção Industrial por Categoria de Bens
- Var. % Trimestral**



Fonte: IBGE

Para os próximos meses, o cenário para a indústria segue desafiador. O *carry-over* para o 3T26 é de -1,5%, indicando que o setor inicia o trimestre em terreno negativo, enquanto para o ano está em 0,6%. Esses números sugerem que, apesar de focos específicos de dinamismo, como a extrativa, os combustíveis e os automóveis, a indústria tende a seguir em relativa estagnação, com baixa contribuição para o crescimento econômico em 2026.

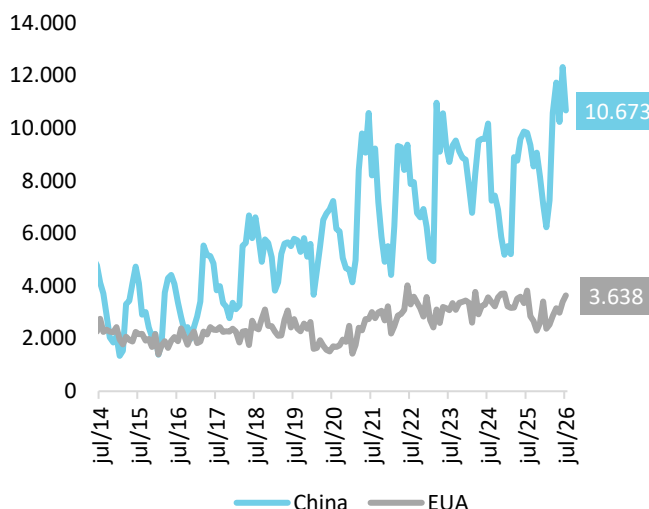
A balança comercial registrou superávit de US\$ 7,1 bilhões em julho, bem próximo do observado em jul/25 (US\$ 7,0 bi). A relativa estabilidade do saldo no período refletiu o avanço tanto das exportações (+6,2%) quanto das importações (+7,6%), estas em ritmo um pouco superior.

As exportações totalizaram US\$ 34,1 bi no mês, maior valor da série histórica (1994) para o mês, com altas disseminadas entre os setores. Destaque para os itens da indústria extrativa (+10,8%), cuja alta segue impulsionada pelo avanço das exportações de petróleo bruto (+23,8%), em função dos preços mais elevados (+38,3%), que mais do que compensaram a queda no volume embarcado (-10,5%). Nos demais segmentos, destaque para as vendas de combustíveis (+63,0%) e soja (+17,4%). Entre os principais destinos das exportações, as vendas para a China (+8,6%) e a União Europeia (+3,9%) subiram, enquanto as vendas para os EUA continuam em tendência de queda (-5,0%), refletindo os efeitos das tarifas impostas pelo governo norte-americano.

Já as importações somaram US\$ 27,1 bi no mês, com destaque para medicamentos (+44,1%) e combustíveis (+31,4%). Nesse caso, vale destacar a perda de força das compras de veículos (-1,1%), após crescimento de 101,6% no primeiro semestre. O recuo em julho representa o fim de um movimento de antecipação das importações de veículos elétricos/híbridos, com a normalização das tarifas para o nível de 35%, dado o cronograma de reoneração do Imposto de Importação sobre eletrificados (Programa Mover).

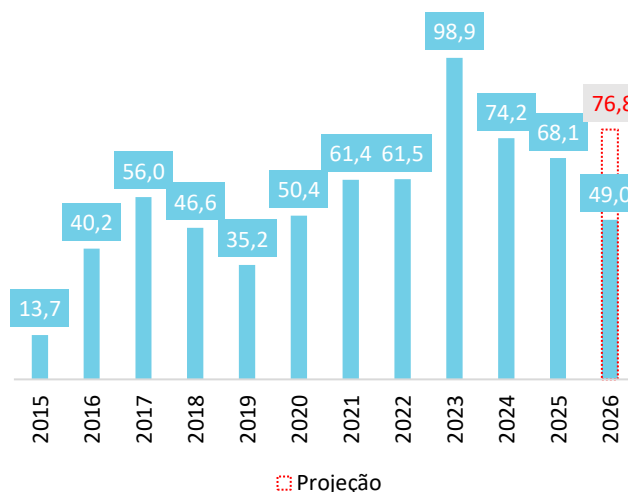
No acumulado do ano, o superávit comercial atingiu US\$ 49,0 bi, valor 31,9% superior ao registrado no mesmo período de 2025. As exportações cresceram 10,5%, impulsionadas pelas vendas de carne bovina (+30,1%), petróleo bruto (+26,9%) e soja (+15,3%), entre os principais itens. Já as importações avançaram 5,5%. Em 12 meses, o saldo comercial alcançou US\$ 79,9 bi, maior valor desde out/24. Segundo o Boletim Focus, a expectativa é de superávit de US\$ 76,8 bi em 2026, ante saldo de US\$ 68,1 bi registrado em 2025.

Quadro 6: Exportações China vs EUA
Em US\$ milhões



Fonte: Secex

Quadro 7: Saldo Comercial Anual
Em US\$ bilhões



Fonte: Secex. *Projeção: Boletim Focus

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Payroll decepciona, traz alívio sobre os juros nos EUA e impulsiona ativos de risco

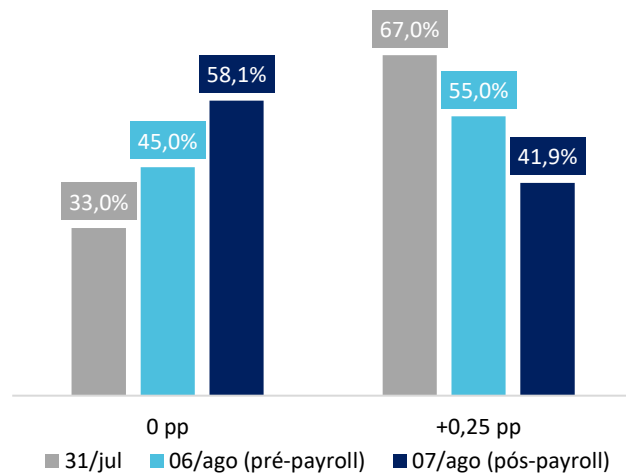
A última semana foi marcada por novos desdobramentos envolvendo o conflito no Oriente Médio, enquanto no cenário econômico dados mais fracos de emprego impactaram as expectativas sobre os juros nos EUA. No âmbito geopolítico, Irã e Omã avançam em um acordo sobre o tráfego de navios no Estreito de Ormuz, que excluiria embarcações de determinados países, como EUA e Israel. Com isso, o preço do barril de petróleo voltou a cair, aproximando-se novamente do patamar de US\$ 80 (tipo *Brent*). Já os ativos de risco registraram alta disseminada na semana, apoiados pela leitura mais fraca do *payroll*, retomada do apetite por ações de tecnologia e por resultados corporativos positivos. A percepção de que o mercado de trabalho dos EUA está mais fraco do que o esperado fez a maioria do mercado voltar a apostar em manutenção dos juros na reunião de setembro do Fed, ante a expectativa de alta de 0,25 p.p. até então.

Nos EUA, o *payroll* de julho surpreendeu negativamente ao registrar fechamento de 23 mil vagas no mês, contra expectativa de criação de 80 mil vagas. O resultado veio acompanhado de uma revisão para baixo de 103 mil vagas nos meses de maio e junho. A abertura setorial indicou queda de 57 mil vagas no governo local, concentrada em educação, em um movimento comum para o período (fim do ano letivo). No setor privado, a redução de vagas foi mais intensa no setor de lazer (-40 mil). Já a taxa de desemprego registrou ligeiro recuo de 0,1 p.p., para 4,1%, puxada pela queda na taxa de participação. Ainda nos EUA, os índices PMIs de julho sinalizaram continuidade da expansão da atividade. O PMI industrial permaneceu estável em alto patamar (53,9 pts), enquanto o índice do setor de serviços subiu para 53,6 pts (ante 51,2 pts), maior nível em 2026, impulsionado pelo aumento de novos negócios.

Na China, os dados de comércio exterior de julho seguiram fortes, apesar das interrupções provocadas por tufões na região dos portos do país. As exportações avançaram 23,9% ante o mesmo período do ano anterior, acima das expectativas (+22,9%), impulsionadas pela demanda externa por bens de tecnologia, em meio ao ciclo global de investimentos em IA. As importações, por sua vez, cresceram 27,5%, sugerindo também algum suporte da demanda doméstica.

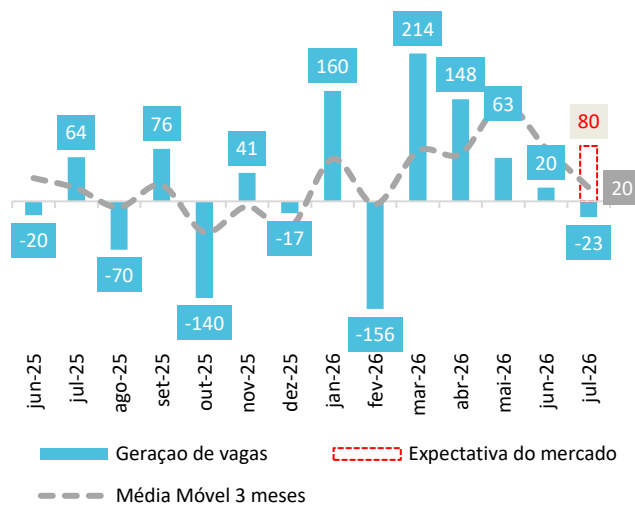
Na Zona do Euro, a leitura final dos PMIs de julho apontou melhora da atividade, ainda que de forma modesta. O PMI industrial subiu para 51,9 pts (ante 51,4 pts), sustentado pela retomada de pedidos em atraso. Já o PMI de serviços passou para o campo expansionista (51,7 pts, ante 49,4 pts), com crescimento da demanda no bloco.

Quadro 8: Evolução da probabilidade sobre a decisão dos juros pelo Fed na reunião de setembro



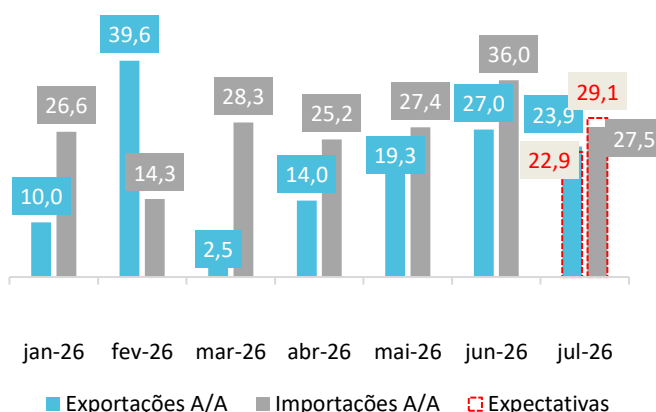
Fonte: CME Group.

Quadro 9: EUA – Geração de Vagas de Emprego Em milhares



Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: China – Exportações e Importações Var. % ante o mesmo período do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

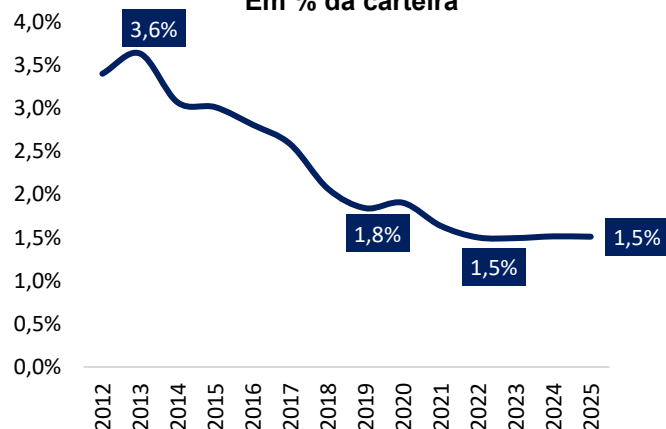
The Banker Top 1.000 World Banks 2026

CRÉDITO / BANCOS

O informativo desta semana volta a explorar a base de dados da revista The Banker, que traz as informações do ranking Top 1.000 World Banks 2026, referente ao ano de 2025. Nesta edição, analisamos a taxa de inadimplência no setor bancário dos principais países do mundo e sua evolução recente, com o objetivo de identificar como a variável tem evoluído, em um contexto recente marcado por níveis mais elevados de juros e inflação, inclusive em países desenvolvidos, e por alto grau de incerteza em nível global, seja por questões comerciais ou geopolíticas.

Este é um tema bastante relevante no Brasil, uma vez que, como poderá ser visto adiante, a inadimplência é comparativamente maior no país do que na maior parte do mundo. E, como a inadimplência é um dos principais componentes do custo do crédito, explica em grande parte o elevado spread bancário no país. Para o cálculo da taxa de inadimplência, foi utilizada a razão entre a carteira inadimplente acima de 90 dias (*non-performing loan – NPL*) e a carteira total de empréstimos (*gross total loans*). Além disso, foram retiradas as instituições que não reportaram informações de carteira inadimplente e/ou empréstimos, totalizando 923 bancos na amostra.

Quadro 11: Evolução da Taxa de Inadimplência Global
Em % da carteira



Fonte: The Banker.

O Quadro 11 traz a evolução do índice de inadimplência agregado global, que mostra estabilidade nos últimos anos na faixa de 1,5%. Note que o indicador, em uma análise mais longa, mostrou queda relevante desde o pico de 3,6% observado em 2013 (com pequena elevação na pandemia, em 2020). Parte significativa da queda observada entre 2013 e 2022 decorreu do ganho de relevância do setor bancário chinês na amostra, que possui baixa inadimplência (ou seja, efeito composição); e da melhora do indicador em regiões relevantes, como EUA e Zona do Euro, após a crise financeira de 2008 e a crise da dívida europeia de 2010.

Desta forma, nota-se que, apesar da relativa turbulência que o mundo tem enfrentado nos últimos anos, o setor bancário global tem apresentado índices de inadimplência saudáveis.

O Quadro 12 traz os números de inadimplência de 2025 por região e país, e a posição relativa dos países com relação à respectiva taxa de inadimplência. A estabilidade do indicador ante 2024 foi verificada na maior parte das regiões, sobretudo entre as mais relevantes (Ásia, Europa e América do Norte).

Na Ásia, região mais relevante do ranking, o índice ficou estável em 1,3%, mesmo patamar observado na China (1,3%). Assim, apesar dos desafios que o país tem apresentado, especialmente no setor imobiliário, isso não tem se traduzido em maiores níveis de inadimplência. O mesmo foi observado na Europa (1,8%), que contou com alta na França (+0,2 p.p., para 2,4%), mas queda na Espanha (-0,2 p.p., para 2,5%). Na América do Norte, o indicador permaneceu em 0,9%, com ligeira melhora nos EUA (-0,1 p.p., para 1,0%), em um contexto de resiliência do mercado de trabalho, apesar do aumento da incerteza no país (tarifas comerciais em 2025).

A América do Sul foi uma das exceções, com alta relevante do indicador (+1,2 p.p., para 4,1%). O número foi puxado justamente pelo Brasil (+1,8 p.p., para 4,6%), com efeitos da Resolução CMN nº 4.966: 51% da alta da inadimplência acumulada do SFN decorreu das alterações regulatórias, segundo o próprio BCB; mas também pela piora das condições econômico-financeiras das famílias e empresas.

Outras regiões que mostraram alta da inadimplência foram o Leste Europeu (+0,6 p.p., para 4,2%), diante da deterioração das condições econômicas na Rússia (guerra com a Ucrânia), e na América Central (+0,3 p.p.), puxada pelo aumento do indicador no México (que não faz parte da América do Norte na base).

The Banker Top 1.000 World Banks 2026

CRÉDITO / BANCOS

Quadro 12: Taxa de Inadimplência por Região e país
Em % da carteira

Região/País	Nº de bancos	Taxa de Inadimplência (NPL/Empréstimos)		
		Em %	Posição do país	Dif. Em pp (2025-2024)
Ásia e Pacífico	361	1,3%		0,0
China	140	1,3%	20º	0,0
Japão	72	1,1%	16º	-0,1
Índia	29	1,8%	33º	-0,4
Coreia do Sul	6	0,7%	5º	0,0
Europa	195	1,8%		0,0
França	6	2,4%	42º	0,2
Reino Unido	23	1,6%	29º	-0,1
Suíça	35	0,8%	6º	0,0
Espanha	13	2,5%	50º	-0,2
América do Norte	184	0,9%		0,0
EUA	169	1,0%	12º	-0,1
6 maiores bancos	6	0,9%		-0,1
Demais IFs	163	1,0%		-0,1
Canadá	12	0,8%	7º	0,1
Oriente Médio	64	1,9%		-0,4
América do Sul	34	4,1%		1,2
Brasil	14	4,6%	73º	1,8
Chile	5	2,4%	47º	-0,1
África	30	6,4%		-0,4
África do Sul	6	5,3%	77º	-0,5
Europa Leste e Central	29	4,2%		0,6
Rússia	8	4,5%	72º	1,1
América Central	14	2,0%		0,3
México	9	2,0%	35º	0,4
Caribe	6	2,5%		0,0
Ásia Central	6	5,6%		0,9
Total	923	1,5%		0,0

Fonte: The Banker.

O Quadro 14 traz a relação entre o nível de inadimplência e os gastos com PDD para os principais países da amostra. Para identificar tendências de prazo mais longo e evitar ruídos específicos de um único ano, foi avaliada a média entre 2023 e 2025 dos indicadores e considerados apenas os 5 maiores bancos de cada país (representativos para cada localidade).

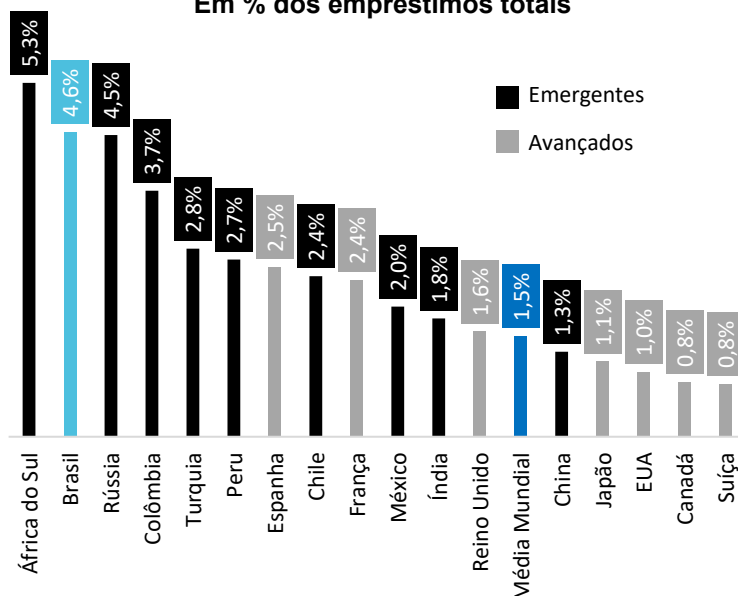
É possível observar que o maior nível de inadimplência dos bancos brasileiros está associado a um gasto bastante elevado com PDD, dado que o maior nível de atrasos exige mais provisões para perdas. Na média do período (2023-25), os bancos da amostra do país registraram inadimplência de 3,5% e gastos com PDD da ordem de 1,8% da carteira ampliada (que inclui TVMs). O México, com inadimplência média de 1,6%, apresenta o segundo maior nível de provisões, da ordem de 1,3% (ou seja, quase 30% menor), enquanto a mediana dos emergentes é de apenas 0,7% (menos da metade do Brasil) e entre os avançados fica em apenas 0,2% (cerca de 10% do nível do Brasil).

O Quadro 13, por sua vez, traz o indicador para alguns países selecionados, para facilitar a comparação. Podemos observar que o Brasil ocupa a 76ª posição geral (dentre 90 países na amostra), com inadimplência média de 4,6% em 2025, três vezes superior à média mundial (1,5%) e bem acima do verificado em países emergentes comparáveis, como Índia (33ª posição; inadimplência de 1,8%), México (36ª; 2,0%) e Chile (49ª; 2,4%). Dentre os principais emergentes, apenas a África do Sul (5,3%) mostra nível de inadimplência maior do que o Brasil.

Já os bancos dos países desenvolvidos apresentam números bem mais baixos de inadimplência, como Suíça (6º; 0,8%), Canadá (7º; 0,8%) e EUA (12º; 1,0%), que ocupam as melhores colocações, com patamar de até 1,0%. Uma das exceções entre os desenvolvidos é a Espanha, que apresenta taxa de inadimplência de 2,5%, refletindo a forte presença de seus principais bancos na América Latina.

Nesse contexto, é importante avaliar as consequências do alto nível de inadimplência para a estrutura de custos do setor.

Quadro 13: Taxa de Inadimplência por país em 2025
Em % dos empréstimos totais

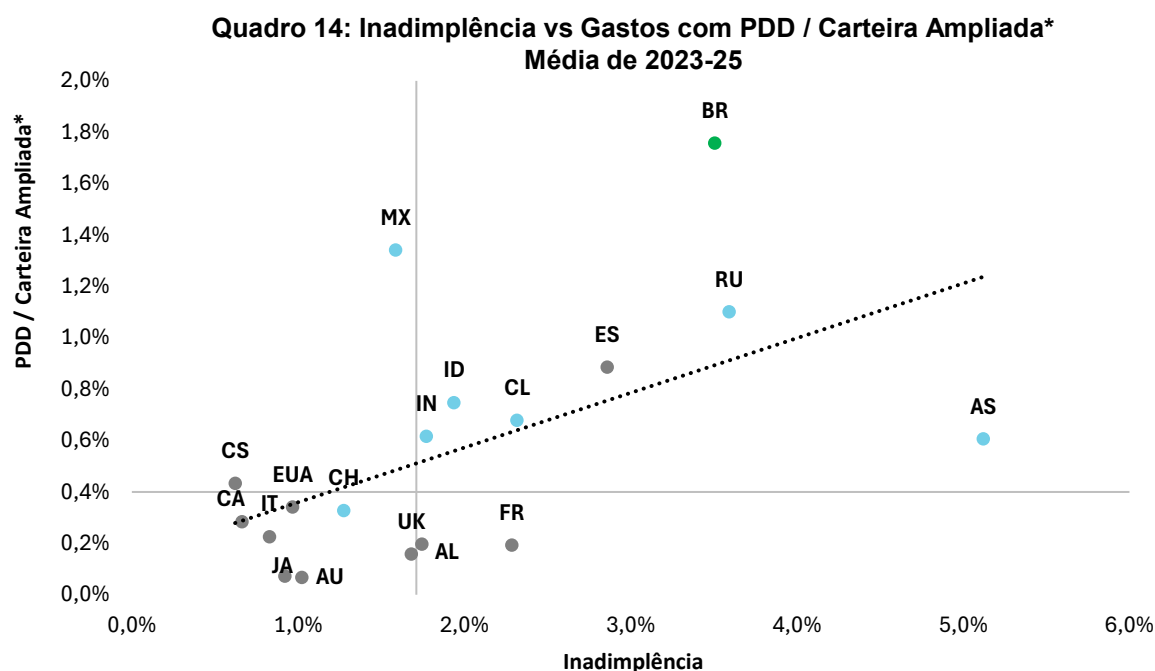


Fonte: The Banker.

É bem verdade que a relação não deve ser vista como automática. O custo do risco também depende do perfil da carteira e da capacidade de recuperação dos créditos. No Brasil, há o peso da maior presença de linhas destinadas às famílias e com baixo nível de garantias, fato que naturalmente aumenta a inadimplência e a necessidade de provisões. Contudo, esse perfil é justamente resultado de fragilidades institucionais no processo de recuperação de garantias (baixo nível de recuperação, tempo elevado e alto custo), que direcionam o mercado para esses produtos.

Assim, embora a inadimplência seja um vetor central para explicar o maior gasto com PDD, a comparação internacional sugere que, no Brasil, fatores estruturais como o perfil da carteira, a qualidade das garantias e a expectativa de recuperação dos créditos também contribuem para manter o custo do risco em patamar comparativamente alto.

Portanto, o elevado custo do risco no Brasil ajuda a explicar por que o spread bancário, embora alto no comparativo internacional, não se traduz em rentabilidade proporcionalmente superior, como visto na edição anterior desta série, em que os bancos brasileiros apresentaram rentabilidade (ROC) apenas moderada. Vale lembrar que o próprio BC estima que 35,4% do spread decorre do custo com inadimplência. Isso reflete o fato de que parte relevante da receita com juros é absorvida justamente pela cobertura de perdas (PDD), o que reforça a importância de avançar nas fragilidades institucionais que sustentam esse custo, com potencial para ampliar a oferta e reduzir o preço do crédito no país.



Fonte: The Banker. *Com TVMs.

Resultado Corporativo 2º Tri/26 Itaú Unibanco

CRÉDITO / BANCOS

O Itaú Unibanco registrou lucro líquido gerencial de R\$ 12,4 bilhões no 2º trimestre, praticamente em linha com o esperado (R\$ 12,5 bi). O resultado corresponde a uma alta de 1,0% no tri e de 7,8% ante o 2T25. A rentabilidade patrimonial (ROE) anualizada do banco atingiu 24,3%, com recuo de 0,5 p.p. no trimestre e alta de 1,0 p.p. em 12 meses. Considerando apenas a operação Brasil, o ROE do Itaú ficou em 25,7% (ante 24,4% no 2T25).

Na comparação anual, a melhora do resultado decorreu do avanço da margem financeira (+5,2%), liderada pela margem com o mercado (+8,6%), que contou com melhores resultados da mesa de *banking*. A margem com clientes subiu 5,1%, refletindo um volume médio maior da carteira, maior margem com passivos e um mix mais rentável de produtos. Na mesma direção, a receita com seguros avançou 8,7%, em função dos prêmios ganhos. Já as receitas com serviços cresceram apenas 2,3%, beneficiadas pelos ganhos com administração de fundos (+32,5%), mas contidas pelo recuo das tarifas de conta corrente em clientes PF (-21,2%).

Do lado das despesas, o custo do crédito avançou 7,4% ante o 2T25, com alta da perda esperada (+8,4%). A alta, contudo, ficou abaixo do avanço da carteira, mantendo a razão custo do crédito sobre a carteira estável em 2,7%. O banco também apontou que renegociou R\$ 1,1 bi no âmbito do Desenrola, com impacto imaterial nos indicadores de inadimplência e custo do crédito. Já as despesas operacionais subiram 3,1%, puxadas pelas campanhas publicitárias durante a Copa do Mundo (outras despesas +33,8%). Com isso, o índice de eficiência da instituição atingiu 37,4%, registrando leve alta (+0,4 p.p.) no trimestre, mas ainda em queda na comparação anual (-0,6 p.p.).

A carteira de crédito ampliada do Itaú cresceu 9,6% no ano, atingindo R\$ 1,522 trilhão. Excluindo o efeito cambial, a alta foi maior (+10,3%). A expansão foi puxada pelas MPMEs (+11,6%), com forte crescimento das linhas dos programas governamentais (+47,3%). Enquanto isso, a carteira de grandes empresas subiu 10,1%. A carteira PF cresceu 7,8%, com alta de dois dígitos em linhas com garantia: crédito imobiliário (+13,3%), que se tornou a maior do segmento PF (R\$ 152,2 bi); e crédito consignado (+11,7%), puxado pelo consignado privado (+90,1%). Já o crédito pessoal cresceu apenas 1,1%, em parte pela migração de clientes para o consignado privado, mais barato.

A inadimplência total (acima de 90 dias) se manteve estável em 1,9%. No Brasil, houve ligeira alta (+0,1 p.p.) nos segmentos de MPMEs (para 2,0%) e de PF (para 3,7%). O Itaú afirmou que, no caso das MPMEs, a elevação decorre do fim das carências dos programas governamentais, e apontou que espera nova alta de 0,1 p.p. da inadimplência do segmento no 3T26.

Por fim, o Itaú manteve em seu *guidance* a expectativa de crescimento da carteira de crédito no Brasil entre 6,5% e 10,5% para 2026. A única alteração veio da redução do crescimento esperado da receita de serviços/seguros para o intervalo de 2,0% a 5,0% (ante 5,0% a 9,0%), em função da expectativa de desaceleração da atividade, com impactos nas estruturas de operações do mercado de capitais.

Quadro 15: Resultado 2T26 – Itaú Unibanco

Itaú Unibanco - R\$ Mi	2T25	1T26	2T26	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS					
Ativo Total	2.898.050	3.199.692	3.226.840	0,8%	11,3%
TVM	1.172.326	1.260.857	1.329.027	5,4%	13,4%
Depósitos	1.019.760	1.099.998	1.134.485	3,1%	11,3%
Patrimônio Líquido	209.552	209.368	217.725	4,0%	3,9%
DRE					
Margem Financeira Gerencial	31.846	32.326	33.488	3,6%	5,2%
Margem com Clientes	30.988	31.506	32.557	3,3%	5,1%
Margem com o Mercado	858	820	931	13,6%	8,6%
Despesa de Perda Esperada	-9.664	-10.241	-10.479	2,3%	8,4%
Receitas de prestação de serviços	10.781	10.993	11.028	0,3%	2,3%
Operações com Seg., Prev. e Cap.	2.816	3.034	3.061	0,9%	8,7%
Despesas não Decorrentes de Juros	-16.219	-16.188	-16.728	3,3%	3,1%
IR/CSLL	-5.173	-4.939	-5.044	2,1%	-2,5%
Lucro/Prejuízo do período¹	11.508	12.282	12.407	1,0%	7,8%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE²					
ROAE	23,3%	24,8%	24,3%	-0,5 pp	1,0 pp
ROAA	1,6%	1,6%	1,5%	0,0 pp	-0,1 pp
Índice de eficiência	38,0%	37,1%	37,4%	0,4 pp	-0,6 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito ampliada³	1.389.076	1.482.699	1.522.385	2,7%	9,6%
PF	451.905	479.474	487.127	1,6%	7,8%
PJ	706.777	757.638	782.296	3,3%	10,7%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	-52.749	-51.050	-51.918	1,7%	-1,6%
Despesa PDD/Carteira de crédito	0,7%	0,7%	0,7%	0,0 pp	0,0 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito	3,8%	3,4%	3,4%	0,0 pp	-0,4 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)⁴	1,9%	1,9%	1,9%	0,0 pp	0,0 pp
Índice de Basileia	16,5%	14,8%	15,4%	0,6 pp	-1,1 pp
Provisão Estágio 3 / Carteira Estágio 3	55,8%	53,6%	53,8%	0,3 pp	-2,0 pp

Fonte: Itaú RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹Lucro Líquido Ajustado Gerencial ²Anualizado ³Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, CRI, *commercial papers*, etc.) e unidades da América Latina. ⁴Indicador com TVMs divulgados apenas a partir do 4T24.

Resultado Corporativo 2º Tri/26 Bradesco

CRÉDITO / BANCOS

O Bradesco registrou lucro líquido gerencial de R\$ 7,1 bilhões no 2º trimestre, ligeiramente acima do esperado (R\$ 7,0 bi), correspondendo a uma alta de 3,5% no trimestre e de 16,2% ante o mesmo período de 2025. A rentabilidade (ROE) anualizada do banco segue em processo de recuperação, atingindo 16,2% (ante 14,6% no 2T25 e 15,8% no 1T26), renovando o maior patamar desde o 4T22 (3,9%), período marcado pelo forte provisionamento extraordinário associado à crise da Americanas.

Na comparação anual, a alta do lucro refletiu a expansão da margem financeira (+15,7%). Houve avanço da margem com clientes (+13,8%), em função do aumento do volume de crédito e da melhora do spread, que mais do que compensaram o mix de produtos menos rentável, porém menos arriscado, conforme a estratégia do banco. A margem com o mercado (R\$ 673 mi) mais que dobrou ante o 2T25, com a melhora da gestão de ativos e passivos (ALM). As receitas com seguros cresceram 8,3%, sustentadas por maiores prêmios, enquanto as receitas de serviços avançaram de modo mais contido (+1,7%).

A PDD Expandida cresceu 22,6% em 12 meses, puxada pelo crédito massificado. Segundo o banco, isso reflete o efeito dos programas governamentais para MPMEs, que têm prazo de honra elevado (180 dias no Pronampe, por exemplo), exigindo provisionamento antes do acionamento da garantia junto ao fundo garantidor. No trimestre, a razão entre PDD e carteira expandida permaneceu estável (3,5%), mesmo com alta da métrica no massificado, que subiu de 5,5% para 5,9%.

Já as despesas operacionais cresceram apenas 3,4%, com alta mais relevante em pessoal (+5,4%) e bom controle nas demais (+1,9%). Com isso, o índice de eficiência (acumulado em 12 meses) voltou a melhorar, atingindo 48,4% (ante 49,2% no 1T26).

A carteira de crédito ampliada do banco subiu 11,6% em 12 meses, atingindo R\$ 1,137 trilhão. A alta foi disseminada entre os segmentos, mas em maior intensidade no crédito destinado às empresas (+14,1%), impulsionado pelas MPMEs (+16,1%), com forte alta em programas governamentais (+64,5% em FGI+FGO), enquanto a carteira de grandes empresas subiu 12,7%. A carteira PF, por sua vez, cresceu 8,4%, com destaque para as linhas de veículos (+26,8%), crédito rural (+17,6%) e cartão de crédito (+10,6%). O consignado total mostrou alta mais modesta (+9,3%), mas com forte dinamismo no segmento privado/Crédito ao Trabalhador (+90,1%).

A taxa de inadimplência (acima de 90 dias) subiu 0,1 p.p. no trimestre, para 4,3% da carteira total. O ligeiro aumento foi impulsionado pela carteira de MPMEs (+0,4 p.p., para 4,4%), dada a dinâmica de recuperação da garantia dos programas governamentais. Em pessoas físicas, o indicador subiu 0,1 p.p., para 5,5%, enquanto entre as grandes empresas ficou estável em 0,2%.

Por fim, o Bradesco manteve seu *guidance* para 2026, com expectativa de crescimento da carteira de crédito entre 8,5% e 10,5% no ano.

Quadro 16: Resultado 2T26 – Bradesco

Banco Bradesco - R\$ Mi	2T25	1T26	2T26	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS					
Ativo Total	2.196.957	2.476.352	2.506.675	1,2%	14,1%
TVM	887.060	979.121	1.062.357	8,5%	19,8%
Depósitos	644.020	719.874	750.907	4,3%	16,6%
Patrimônio Líquido	171.567	177.766	180.340	1,4%	5,1%
DRE¹					
Margem Financeira	18.044	20.051	20.872	4,1%	15,7%
Margem com Clientes	17.756	19.498	20.199	3,6%	13,8%
Margem com Mercado	288	553	673	21,7%	133,7%
Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	-8.142	-9.667	-9.985	3,3%	22,6%
Receitas de prestação de serviços	10.307	10.373	10.486	1,1%	1,7%
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	5.650	6.384	6.119	-4,2%	8,3%
Despesas de pessoal	-6.852	-7.019	-7.219	2,8%	5,4%
Despesas administrativas	-5.639	-5.592	-5.896	5,4%	4,6%
IR/CSLL	-1.638	-1.760	-1.734	-1,5%	5,9%
Lucro/Prejuízo do período²	6.067	6.811	7.050	3,5%	16,2%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE¹					
ROAE	14,6%	15,8%	16,2%	0,4 pp	1,6 pp
ROAA	1,1%	1,1%	1,1%	0,0 pp	0,0 pp
Índice de eficiência	51,2%	49,2%	48,4%	-0,9 pp	-2,8 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito ampliada³	1.018.426	1.089.896	1.136.640	4,3%	11,6%
PF	442.446	473.989	479.710	1,2%	8,4%
PJ	575.981	615.907	656.930	6,7%	14,1%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	58.143	58.156	59.313	2,0%	2,0%
Despesa PDD/Carteira de crédito	0,8%	0,9%	0,9%	0,0 pp	0,1 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito	5,7%	5,3%	5,2%	-0,1 pp	-0,5 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	4,1%	4,2%	4,3%	0,1 pp	0,2 pp
Índice de Basileia	15,5%	14,9%	15,5%	0,6 pp	0,0 pp
Provisão Expandida / Exposição > 90 dias	177,8%	161,0%	152,3%	-8,7 pp	-25,5 pp

Fonte: Bradesco RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹Anualizado ²Lucro Líquido Ajustado Gerencial ³ Inclui outras operações com risco de crédito: debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	07/08/2026	31/07/2026	10/07/26	Viés	07/08/2026	31/07/2026	10/07/26	Viés
IPCA (%)	5,02	5,03	5,16	▼	4,22	4,22	4,20	↔
PIB (% de crescimento)	1,98	1,99	1,99	▼	1,52	1,57	1,65	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,75	13,75	14,00	↔	12,00	12,00	12,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	↔	5,28	5,28	5,28	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	07/08/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,08	0,15%	0,15%	-7,21%	-6,35%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	122,97	-1,33%	-1,33%	-11,22%	-15,06%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,89	-0,51%	-0,51%	-6,79%	-6,84%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,76	-0,64%	-0,64%	-0,37%	-5,44%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,32	-0,84%	-0,84%	6,24%	6,57%
Índice Ibovespa (em pontos)	172.513,42	-3,08%	-3,08%	7,07%	26,36%
IFNC (setor financeiro)	17.949,53	-4,96%	-4,96%	3,78%	22,71%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,20	-2,24%	-2,24%	21,66%	12,54%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,65	-1,84%	-1,84%	12,75%	9,35%
Dollar Index	99,61	-0,30%	-0,30%	1,40%	1,23%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.757,64	3,58%	3,58%	12,49%	22,36%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	189,99	1,58%	1,58%	14,76%	36,17%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	147,28	-0,09%	-0,09%	17,58%	29,69%
Índice Euro Stoxx 50	6.523,86	2,61%	2,61%	12,55%	22,35%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	319,53	3,04%	3,04%	21,13%	42,18%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	82,30	-8,68%	-8,68%	32,91%	23,89%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins